

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: A
EXPERIÊNCIA E O APRENDIZADO DEMOCRÁTICO
DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ESTEIO/RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Juliana Holz Luz

Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2012

**CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: A EXPERIÊNCIA
E O APRENDIZADO DEMOCRÁTICO DE UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE ESTEIO/RS**

Por

Juliana Holz Luz

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr. Oséias Santos de Oliveira

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2012**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: A EXPERIÊNCIA E O
APRENDIZADO DEMOCRÁTICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
ESTEIO/RS**

elaborada por

Juliana Holz Luz

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Oséias Santos de Oliveira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Josiane Pozzatti Dal-Forno, Ms. (UFSM)

Crystina Di Santo D'Andrea, Ms. (UFSM)

Daniele Rorato Sagrillo, Ms. (UFSM) – Suplente

Sapucaia do Sul, RS, 30 de novembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho quero agradecer...

... ao. Prof. Dr. Oséias Santos de Oliveira que me acolheu como orientador e contribuiu muito na construção deste trabalho.

... à minha mãe Ana por ter me dado apoio, carinho e atenção em todos os momentos da minha vida.

... ao meu pai Rogério que sempre me deu apoio e carinho, mesmo não estando mais ao meu lado, sei que está olhando por mim.

.... aos meus irmãos Lúcia e Rogério pelo apoio e pelas discussões a respeito do que é ser professor.

... ao Paulo, meu amor, que esteve sempre presente ao longo deste curso de pós-graduação e foi quem sempre me incentivou e me apoiou nos bons e ruins momentos do curso.

... à todos da minha família que sempre me deram apoio

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: A EXPERIÊNCIA E O APRENDIZADO DEMOCRÁTICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ESTEIO/RS

AUTORA: JULIANA HOLZ LUZ
ORIENTADOR: Prof. Dr. OSÉIAS SANTOS DE OLIVEIRA
Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 30/11/2012

O estudo versa sobre o aprendizado democrático a partir da experiência de uma escola municipal de Esteio/RS visando compreender como se efetiva a participação da comunidade escolar em um Conselho de Classe Participativo. Este estudo ainda objetiva a) discutir as concepções que envolvem o processo de democratização da escola pública; b) investigar a relevância dos Conselhos de Classe, sua organização e funcionamento de forma a contribuir ou não para consolidar a gestão democrática escolar; c) analisar a percepção dos sujeitos escolares (gestores, professores, pais e alunos) sobre a dinâmica de articulação do Conselho de Classe Participativo de uma escola municipal de Esteio/RS. Em Meksenas (2002) buscamos situar o caminho metodológico que se configurou como uma pesquisa qualitativa pautada em um estudo de caso. Estudiosos do tema como Oliveira, Moraes, Dourado (2010); Paro (2000 e 2007); Dalberio (2007); Werle e Andrade (2008); Galina e Cassol (2008); Dalben (2006); Guerra (2006); Engers e Gomes (2007) fundamentaram o referencial teórico sendo que o processo de coleta de dados para posterior análise se deu através de entrevistas junto a dez sujeitos que estão integrados à comunidade escolar estudada. O principal aspecto apontado em nossas análises indica que a escola está em busca de maior participação da comunidade em suas instâncias decisórias. Já se tem assegurado na escola os espaços que possibilitam a abertura à democratização, contudo, ainda se percebe que a comunidade precisa utilizar-se destes espaços, compreendendo que a dinâmica participativa poderá contribuir para a qualificação dos processos escolares.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Colegiados Escolares; Conselho de Classe Participativo

ABSTRACT

Monography for Specialization
The Post-Graduate Distance Learning
Specialization Lato Sensu Education Management
Federal University of Santa Maria

PARTICIPATORY CLASS COUNCIL: THE EXPERIENCE AND THE DEMOCRATIC LEARNING OF A PUBLIC SCHOOL FROM ESTEIO/RS

AUTHOR : JULIANA HOLZ LUZ
ADVISER Prof. Dr. OSÉIAS SANTOS DE OLIVEIRA
Date and Location of Defense: Sapucaia do Sul/RS, November 30, 2012.

The study deals with the democratic learning from the experience of public school Esteio/RS aiming to understand how participation of the school community is actualized in a Participatory Class Council. This study aims to a) discuss the conceptions which involves the democratization process of the public school, b) investigate the relevance of class councils, its organization and its operation so as to contribute or not to consolidate a democratic school management, c) analyze the perceptions of the school subjects (administrators, teachers, parents and students) on the dynamics of articulation in a Participatory Class Council of a public school of Esteio/RS. In Meksenas (2002) we seek to place the methodological approach that has been configured as a qualitative research guided by a case study. Researchers of the subject like Oliveira, Moraes, Gold (2010), Paro (2000 and 2007); Dalberio (2007); Werle and Andrade (2008); Cassol and Galina (2008); Dalben (2006), Guerra (2006); Engers and Gomes (2007) substantiate the theoretical framework, whereas the collecting data process, for later analysis, occurred through interviews with ten subjects that are integrated with the school community studied. The main aspect pointed out in our analysis indicates that the school is looking for more community participation in its instances. There are many spaces in the school that allow to the opening of democratization, however, still it is possible to realize that the community must use these spaces, and comprehend, as well, that the participatory dynamic may contribute to the quality of the school processes.

Key words: Democratic Management; Collegiate School, Participatory Class Council

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 01 EDUCAÇÃO E GESTÃO: MUDANÇAS QUE BUSCAM MELHORIAS.....	13
1.1 Democracia: um conceito em discussão.....	13
1.2 Democratização da educação.....	16
1.3 Espaços de gestão democrática no espaço da escola pública	19
1.3.1 Conselho Escolar	20
1.3.2 Círculo de Pais e Mestres	22
1.3.3 Grêmio Estudantil.....	22
CAPÍTULO 2 CONSELHO DE CLASSE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA.....	24
2.1 Conselho de Classe: Definições e Caracterizações	24
2.2 Histórico dos Conselhos de Classe.....	28
2.3 Implicações para a Democratização da Educação	30
CAPÍTULO 3 CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: UMA EXPERIÊNCIA REALIZADA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ESTEIO/RS	32
3.1 As questões metodológicas e o tipo de pesquisa	32
3.2 Caracterização da escola e dos sujeitos da pesquisa.....	33
3.3 A participação e os espaços para participação na Escola	34
3.4 Conselho de Classe Participativo	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICES	54
Apêndice A	54
Apêndice B.....	55

INTRODUÇÃO

Ao longo de meus estudos na graduação e também na pós-graduação percebi como a gestão da escola é importante no processo de ensino-aprendizagem. Na graduação tive experiências em escolas, realizando práticas docentes e também realizei uma experiência em que se buscava compreender os campos da gestão educacional. Na pós-graduação em Gestão Educacional foi possível, a partir das teorizações e estudos, efetivados nas diversas disciplinas, aprofundar a compreensão sobre os espaços escolares, a democratização da educação e a organização dos processos e das políticas educacionais. Nessa experiência pude compreender como é a escola, além da sala de aula. Se há na escola métodos de administrar autoritários, isso pode fazer com que os alunos não se sintam parte desse espaço. Fazer com que eles participem e se sintam parte da escola, deve ser levado em consideração pelos gestores.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu princípios para a educação brasileira e um deles foi a gestão democrática, com isso as tomadas de decisão e a organização da educação, tanto nas esferas macro sistêmica, quanto micro sistêmica, isto é, nas instituições escolares, devem ser efetivadas de forma coletiva. Este processo envolve outros componentes como, por exemplo, a eleição dos diretores, a criação do Conselho Escolar e a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar.

O PPP da escola é um instrumento que deve ser construído para dinamizar o trabalho realizado na escola e deve ser fruto de discussão de todos os sujeitos que fazem parte da instituição. E nele deve estar presente a forma como a escola pensa seus aspectos pedagógicos, seu cotidiano, seus fazeres e propostas de trabalho, além das questões referentes à avaliação. Os colegiados escolares se projetam, no espaço educativo, como instrumentos para a democratização do fazer pedagógico e dos processos decisórios, onde os distintos sujeitos escolares se aproximam no sentido de partilhar experiências, pensar os rumos da escola e acompanhar a execução das ações projetadas. Assim, temos como espaços para a ampla participação da comunidade, configurados nos Conselhos Escolares, nos Círculos de Pais e Mestres, no Grêmios Estudantil e também nos Conselhos de Classe.

O Conselho de Classe, enquanto órgão que congrega professores, gestores, pais e alunos, pode ser pensado como um espaço para se repensar os processos de avaliação ocorridos no lócus da escola, porém, para que isto ocorra, é necessário que seus participantes o compreendam como um momento de reflexão e de tomada de decisões. Um dos papéis do Conselho de Classe se projeta no sentido de avaliar aspectos da aprendizagem dos alunos e também indicar a necessidade de reorganização do trabalho pedagógico, por parte dos professores. Outro papel é apontado por Lorenzoni *et al* (2006) como sendo uma medida e também como um espaço onde os alunos, pais, equipe diretiva e professores buscam a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola. Contudo, esta definição ainda precisa ser mais bem explicitada e discutida no âmbito das escolas públicas, pois o que vemos nas instituições é uma prática de Conselho de Classe em que somente aluno e professor podem participar. E em algumas vezes somente os professores podem falar.

O foco da investigação proposta neste estudo se pauta pela gestão escolar, na perspectiva democrática. Sob este viés, é preciso destacar que a gestão escolar democrática compreende, além das técnicas administrativas da escola, uma forte dimensão política que se concretiza e consolida por meio, inclusive, de novas formas organizacionais. A escola pode e deve criar mecanismos de participação, e um deles é o Conselho de Classe. O Conselho de Classe bem constituído contribui para o processo de ensino-aprendizagem. Porém, a escola deve incentivar e também “ensinar” aos alunos que este espaço avaliativo e participativo eles também são participantes ativos.

Dessas trajetórias surge a indagação que orienta esta investigação monográfica: quais as possibilidades de participação da comunidade escolar no Conselho de Classe com vistas à democratização de uma escola pública?

Assim apresento como objetivo geral deste estudo: compreender como se efetiva a participação da comunidade escolar num Conselho de Classe Participativo em uma escola pública municipal de Esteio/RS. E como objetivos específicos podem ser citados: a) discutir as concepções que envolvem o processo de democratização da escola pública; b) investigar a relevância dos Conselhos de Classe, sua organização e funcionamento de forma a contribuir ou não para consolidar uma gestão democrática na escola; c) analisar a percepção dos sujeitos escolares

(gestores, professores, pais e alunos) sobre a dinâmica de articulação em um Conselho de Classe Participativo de uma escola pública do município de Esteio/RS.

Para isso foi escolhida uma escola, de ensino fundamental, que tem uma prática de Conselho de Classe participativo. A escola é localizada no município de Esteio/RS e atende alunos de Ensino Fundamental nos pela manhã e tarde e à noite atende alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos. A referida escola adota uma prática de Conselho de Classe realizada a cada trimestre, com professores e alunos em dois momentos e em outro momento com a presença dos pais. Portanto, dadas as especificidades desta prática, são três os momentos de reflexão desenvolvidos ao longo do ano letivo.

O caminho metodológico traçado para alcançar os objetivos delimitados parte de uma pesquisa qualitativa firmada em um estudo de caso fundamentado em Meksenas (2002). Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alunos, pais, professores e equipe diretiva de uma unidade escolar pública municipal de Esteio/RS.

No primeiro capítulo é apresentada a revisão teórica que se constitui de um estudo sobre o conceito de democracia, a democratização da educação, e também sobre os espaços de gestão democrática na escola pública. Para este estudo revisei autores como Oliveira, Moraes, Dourado (2010); Paro (2000 e 2007); Dalberio (2007); Werle e Andrade (2008); Galina e Cassol (2008).

No segundo capítulo busca-se discutir o enfoque do Conselho de Classe e suas implicações para a democratização da escola, quando, inicialmente se buscou explorar algumas definições deste órgão, depois foram trabalhadas suas origens e posteriormente foram trabalhadas suas implicações à democratização da escola.

No terceiro capítulo são apresentados os dados obtidos na pesquisa de campo e as análises a partir das entrevistas. Assim, são apresentadas as caracterizações da metodologia e da escola, onde foi realizada a pesquisa de campo. Depois são apresentadas reflexões sobre as falas dos entrevistados a cerca das instâncias de participação da comunidade escolar e também a cerca do Conselho de Classe Participativo.

E, nas considerações finais são apresentadas as contribuições deste estudo, quando se reafirma o propósito desta pesquisa acadêmica no sentido de discutir os

espaços participativos e a efetiva compreensão dos distintos sujeitos educativos quanto ao processo de participação para transformação e melhorias dos processos escolares e sociais. Neste sentido, destaca-se que, para que a escola atinja sua meta de uma educação pública de qualidade torna-se imprescindível o envolvimento de gestores, professores, alunos e pais no que concerne a pensar os rumos da escola – e, o Conselho de Classe Participativo, enquanto órgão colegiado, pode se tornar um instrumento para que esta prática se consolide.

CAPÍTULO 01

EDUCAÇÃO E GESTÃO: MUDANÇAS QUE BUSCAM MELHORIAS

A educação faz parte da vida de todas as pessoas. Podemos afirmar que praticamente toda a população passa pela escola, considerando-se as políticas públicas efetivadas a partir da década de 1990, quando o propósito das ações governamentais e mesmo dos organismos internacionais se projeta no sentido alcançar a toda a sociedade através de ações desencadeadas a partir do projeto de Educação para Todos. Entretanto, ainda que a ampliação do acesso tenha se concretizado, a sua qualidade não tem acompanhado este processo. Para buscar melhorias na qualidade da educação as instituições de ensino público precisam passar por um processo de resignificação, que tem suas bases na democratização da escola e da própria sociedade.

Deste modo, nesta seção busca-se discutir o conceito de democracia e suas implicações no contexto da educação pública. Ainda, se coloca como foco o debate sobre a democratização gestão escolar. A partir desta discussão, se insere a perspectiva de organização escolar através dos órgãos colegiados, que, quando bem articulados podem possibilitar a maior participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão e de acompanhamento e execução das ações e demandas escolares.

1.1 Democracia: um conceito em discussão

Muitos autores discutem os significados da palavra democracia. Buscarei aqui dialogar com alguns autores sobre esse conceito para que se possa compreender melhor seu papel no contexto da sociedade e no âmbito da na educação.

A organização de grupos na sociedade faz com que existam algumas normas para uma melhor convivência, para que sejam escolhidas essas normas há de se tomar decisões. Segundo Dahl (2001, p. 20) “[...] durante muitos milhares de anos, alguma forma primitiva da democracia pode muito bem ter sido o sistema político mais ‘natural’”. O autor aponta que a democracia foi utilizada nos primeiros grupos

de seres humanos, por que as decisões dos grupos eram tomadas por alguns membros (mais idosos ou mais experientes). Depois desse período a população começou a se fixar em locais devido à agricultura e o comércio, isso trouxe as “formas de hierarquia e dominação” (Ibid., p. 20). Fazendo com que os governos populares fossem substituídos por “monarquias, despotismos, aristocracias ou oligarquias” (Ibid., p. 20).

Depois de muitos anos a palavra democracia veio a ser comentada nos governos da Grécia. Segundo Dahl 2001 provavelmente foi em Atenas que termo *demokratia*: *demos*, o povo e *kratos*, governar surgiu com esse sentido. Atenas foi um dos governos mais importantes e complexos já descrito. Em sua perspectiva Dahl (2001, p. 22), esclarece que “[...] havia uma *assembleia* a que todos os cidadãos estavam autorizados a participar. A assembleia elegia alguns funcionários essenciais – gerais, por exemplo, por mais estranho que pareça”. Neste sentido a toda população podia participar da escolha desses funcionários e também poderia ser indicado para um desses cargos.

É preciso que se considere, entretanto, que a democracia grega permitia que apenas os homens livres tivessem participação nas decisões que diziam respeito à condução dos processos sociais. Ficavam de fora das decisões as mulheres, os idosos, os escravos e as crianças/adolescentes. Deste modo, a concepção de democracia direta, proposta pelos gregos parece ser mais um modelo que se funda em um pequeno grupo excluindo a maior parte da população.

Nesta mesma época em Roma um governo popular também apareceu, porém eles o chamavam de república¹: *res* no latim significa coisa ou negócios e *públicos*, significando “coisa pública” ou “negócios do povo” (DAHL, 2001). Nestes primeiros moldes, só participavam das decisões na república de Roma os chamados patrícios ou aristocratas (pessoas que tinham posses). Depois de algumas lutas o povo (os plebeus) pôde participar. Segundo Dahl (2001), somente os homens participavam das decisões nas democracias que apareceram até século XX.

Democracia “tem significados diferentes para povos diferentes em diferentes tempos e diferentes lugares” (DAHL, 2001, p.13). A democracia foi mudando e aos poucos foi sendo moldada como um ideal a ser alcançado. Nos dias atuais a

¹ O termo República hoje tem um significado diferente do usado pelos Romanos na época antiga. República, atualmente, é uma forma de governo em que um representante chamado presidente é escolhido pelo povo.

democracia é um sistema político utilizado por diversos países, porém há distinções em relação à participação. Dahl (2001) defende que há uma distinção entre o que se define por democracia na teoria e o que se pratica pelos governos.

Para Schumpeter (1984, p. 304) democracia:

é um método político, ou seja, um certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas – legislativas e administrativas-, e portanto não pode ser um fim em si mesma, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas.

Isto posto, cabe ressaltar que a democracia também pode ser entendida como um método utilizado para tomada de decisões podendo ter algumas distinções na forma como serão feitas as deliberações. Maciel (1998) apresenta três tipos de democracia: direta, indireta (representativa) e semidireta (participativa).

Maciel ainda aponta que democracia representativa “significa, de um modo geral, que as deliberações coletivas são tomadas não diretamente pelos membros de uma determinada coletividade, mas por pessoas especialmente eleitas para essa finalidade” (MACIEL, 1998, p.1). São realizadas eleições e os eleitos tomam as decisões. Neste tipo de democracia “a participação popular é indireta, periódica e formal, e se organiza mediante regras que disciplinam as técnicas de escolha dos representantes do povo” (Ibid., 1998, p.1).

Já a “democracia direta (modelo não muito comum), o povo, através de plebiscito, referendo ou outras formas de consultas populares, pode decidir diretamente sobre assuntos políticos ou administrativos de sua cidade, estado ou país. Não existem intermediários (deputados, senadores, vereadores)” (SANTOS, BERNARDES, MEZZARROBA, 2010, p. 4).

Outro tipo de democracia apresentado acima foi a semidireta ou participativa entendida como uma mescla dos outros tipos. Este modelo não desconsideram os representantes, mas ele aproxima a sociedade das tomadas de decisão.

A democracia no Brasil, no atual contexto histórico, é retomada depois de vinte anos de ditadura civil-militar, que foi sendo enfraquecida devido a participação das massas na busca pelas eleições diretas para escolha dos representantes políticos. Segundo Miranda, Drabach e Mousquer (2009, p. 3):

Essas manifestações de cunho essencialmente democrático exigiram a elaboração de um novo código, com vistas à reelaboração do pacto político-

social, culminando na promulgação de uma nova ordem constitucional – nascia, assim, a Constituição de 1988.

Com a Constituição de 1988 se instaura no um regime democrático que traz avanços nas leis e na garantia de direitos fundamentais a população. Continuando com a autora, “Os direitos fundamentais são elementos básicos para a realização do princípio democrático, pelo fato de exercerem a função democratizadora” (Ibid., p. 15). Para que seja um regime democrático a população tem direitos fundamentais e esses que tornam este processo político uma democracia. Para isto a Constituição no seu art. 3º dispõe sobre os objetivos da Republica Federativa do Brasil:

- I. construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. garantir o desenvolvimento nacional;
- III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Esses objetivos permitem que a democracia se concretize no contexto da sociedade. Uma sociedade democrática é aquela que busca nas suas diferenças trabalhar seus conflitos e procura instituí-los como direitos (MOUSQUER, 2009). O contexto atual da democracia no Brasil tem algumas oposições em relação ao que seria uma sociedade democrática. A sociedade tem lutado para que seja cumprido o seu papel nas decisões políticas, porém a política vem sofrendo com decisões externas. Com a conquista da democracia no Brasil a população iniciou sua luta por outras conquistas, uma delas foi pela democratização da educação. Na próxima seção busquei desenvolver sobre este tema.

1.2 Democratização da educação

Muitas mudanças vêm sendo feitas na forma como a educação esta sendo gerida. O Brasil passou por um longo período de ditaduras. Na década de 1980 a população buscava um novo regime de governo, em que tivesse direito de escolher quem seriam seus governantes. Foi quando a população conquistou a democracia representativa² que é considerada:

² Democracia representativa: termo extraído do Caderno 1 - Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania (BRASIL, 2004).

uma democracia em que todos os cidadãos, como sujeitos históricos conscientes, lutam pelos seus direitos legais, tentam ampliar esses direitos, acompanham e controlam socialmente a execução desses direitos, sem deixar de cumprir, em contrapartida, os deveres constitucionais de todo cidadão. (BRASIL, 2004, p.18)

Isto posto, cabe considerar que a forma de democracia representativa é uma forma de gestão em que os cidadãos têm alguns direitos e deveres, em especial de votar em seus representantes, elegendo pessoas para representa-los nas instâncias decisórias de poder e de elaboração das políticas públicas. Neste regime a população escolhe seus governantes em nível nacional, estadual e municipal. Este regime trouxe avanços em relação aos direitos dos cidadãos. A Constituição de 1988 torna a educação um direito social (art. 6º) e no Art. 205 estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Assegurada pela Constituição a educação objetiva formar cidadãos e trabalhadores. Porém garantir o direito ao acesso à escola não garante que a população permaneça na escola. Devido a esses avanços em relação à forma de governar o Brasil e também aos direitos adquiridos a educação tem sofrido mudanças. Mudanças que de maneira isolada não tem efeitos em relação à qualidade. Perez (2007, p. 62) ressalta que

o incentivo à democratização do ensino a serviço do desenvolvimento econômico fez com que a educação escolar fosse responsabilizada pelo desenvolvimento econômico e pela amenização das desigualdades sociais. Todavia, essa lógica foi fortemente abalada com a massificação do ensino, já que esta consolidou e reproduziu as desigualdades sociais, além de produzir desigualdades escolares.

Podemos perceber com isso que a democratização do ensino não foi feita por acaso, haviam muitos interesses envolvidos. A forma como se administrava a educação passou por mudanças. O termo administração escolar vem sendo modificado para gestão escolar. Segundo Luck (1997, p.1)

O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões

necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos.

Neste sentido a escola passa a ter um gestor que passa a tomar as decisões juntamente com a comunidade escolar. A essa nova forma de gestão da educação a Constituição de 1988 assegurou como um dos princípios da educação brasileira a Gestão Democrática. Também a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) determina em seu Art 3º os princípios que regem o ensino

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

1. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
2. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
3. pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
4. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
5. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
6. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
7. valorização do profissional da educação escolar;
8. gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
9. garantia de padrão de qualidade;
10. valorização da experiência extra-escolar;
11. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O oitavo princípio diz respeito à Gestão Democrática no ensino público. Oliveira, Moraes, Dourado (2010, p. 4) define gestão democrática como

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Percebe-se que a gestão democrática abriu espaço para que os sujeitos do processo educativo pudessem participar das tomadas de decisão. Segundo Oliveira, Moraes, Dourado (2010, p. 4) a gestão democrática implica

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

A construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de forma participativa pode auxiliar a todos os sujeitos envolvidos na escola a pensarem como eles

querem que seja a educação da escola onde trabalham. Construir esse instrumento de forma coletiva é um dos ideais da gestão democrática, pois nele são colocados mecanismos de participação e também objetivos e metas que se pretendem com o ensino.

Paro (2000. p.8) aponta que:

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata.

Além de se construir um Projeto com a participação de todos deve-se propor espaços e atividades em que alunos, pais, professores e funcionários possam exercer e aprender a participar das tomadas de decisão da escola e porque não de poder exercer sua cidadania fora dela também. Na próxima seção discutiremos sobre os espaços de participação na escola pública.

1.3 Espaços de gestão democrática no espaço da escola pública

Para que a Gestão Democrática possa ser efetivada na escola pública foram criados alguns espaços para participação da comunidade escolar e local. O termo participação tem significados diferentes. O Caderno 5 do material do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares discute a participação como um “processo complexo que envolve vários cenários e múltiplas possibilidades de organização.” (BRASIL, 2004, p.16) Não existe uma única forma de participação, existem várias formas de participação. Este material orientador editado pelo Ministério da Educação caracteriza, ainda, caracteriza dinâmicas de participação como: “um processo de pequena participação e outras que se caracterizam por efetivar processos em que se busca compartilhar as ações e as tomadas de decisão por meio do trabalho coletivo, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar.” (Ibid., p. 16). Este é um dos princípios da Gestão Democrática, possibilitar a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão.

Para que isto se efetive na escola é necessário:

a implementação de vários mecanismos de participação, tais como: o aprimoramento dos processos de provimento ao cargo de diretor, a criação e consolidação de órgãos colegiados na escola (Conselhos Escolares, Conselho de Classe...), o fortalecimento da participação estudantil por meio da criação e consolidação de grêmios estudantis, a construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola, a progressiva autonomia da escola e, conseqüentemente, a discussão e a implementação de novas formas de organização e de gestão escolar e a garantia de financiamento público da educação e da escola nos diferentes níveis e modalidades de ensino. (BRASIL, 2004, p. 28).

Para entender melhor alguns desses mecanismos de participação discutirei a seguir alguns deles, como Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres e também o Grêmio Estudantil.

1.3.1 Conselho Escolar

Os Conselhos ganharam seu espaço depois do processo de redemocratização do país quando associações populares reclamavam por participação nas políticas públicas. O Caderno 1 - Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública aponta que:

Os conselhos representam hoje uma estratégia privilegiada de democratização das áreas do Estado. Nos espaços da federação temos conselhos municipais, estaduais ou nacionais, responsáveis pelas políticas setoriais nas áreas da educação, da saúde, da cultura, do trabalho, dos esportes, da assistência social, da previdência social, do meio ambiente, da ciência e tecnologia, da defesa dos direitos da pessoa humana, de desenvolvimento urbano. Em diversas áreas há conselhos atendendo a categorias sociais ou programas específicos. (BRASIL, 2004, p.19)

Então para que a população participasse da construção das políticas foram instituídos conselhos que são responsáveis por dialogar com o governo em nome da sociedade. Então existem conselhos da Educação em nível Nacional, Estadual/Distrital e Municipal. Cada um destes órgãos constituem-se como órgãos deliberativos, consultivos, normatizadores e fiscalizadores das ações educacionais. Estes conselhos operam no âmbito do macro sistema de ensino.

Já no nível micro sistêmico, isto é, no espaço das escolas existem os Conselhos Escolares, como instâncias participativas na construção das ações educacionais e escolares. Eles são compostos pelas pessoas de determinada escola.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado que tem papel decisivo na democratização da escola. Nele se reúnem diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros membros da comunidade local e deliberam sobre “sobre questões político-pedagógico, administrativas, financeiras, no âmbito da escola.” (BRASIL, 2004, p. 34).

Os objetivos estabelecidos pela portaria ministerial sobre os conselhos escolares são:

- I- Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas;
- II - apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares;
- III - instituir políticas de indução para implantação de conselhos escolares;
- IV - promover, em parceria com os sistemas de ensino, a capacitação de conselheiros escolares, utilizando inclusive metodologias de educação a distância;
- V - estimular a integração entre os conselhos escolares;
- VI - apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade;
- VII - promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas para a garantia da qualidade da educação (BRASIL, 2004, p. 7).

Estes objetivos buscam efetivar a participação da comunidade escolar e local nas tomadas de decisão da escola. Porém mesmo existindo a Lei, o Conselho Escolar “configurou-se apenas como um órgão consultivo, [...] consultado sobre problemas da escola” (DALBERIO, 2007, p.6).

Werle e Andrade (2008) apontam que os Conselhos Escolares são um espaço de democratização da gestão escolar que acolhem representantes de todos os segmentos da escola. Os autores continuam

O Conselho Escolar é um espaço público, privilegiado, um espaço de aprendizagem no qual todos os participantes deverão ter lugar de expor suas ideias. Um espaço no qual poderá ser constituído um projeto em comum para a escola pública e não simplesmente um local no qual uma pessoa sozinha constrói seus interesses e suas ideias. Deste modo, o Conselho Escolar é um espaço de construção comunitária. [...] As eleições de representantes, o contato dos representantes com os representados, as reuniões, todos são momentos que poderão estender e renovar as formas de aprendizagem democrática a toda comunidade escolar (WERLE e ANDRADE, 2008, p. 87).

Como se está falando em Conselho Escolar e se remete a educação, não se pode deixar de pensar este espaço como um lócus de múltiplas aprendizagens. Afinal a população não tem mais o hábito de participar devendo então aprender

novamente os significados da participação. A seguir continuamos a discussão sobre órgãos colegiados: o Círculo de Pais e Mestres

1.3.2 Círculo de Pais e Mestres

O Círculo de Pais e Mestres (CPM) ou Associações de Pais e Mestres (APM) é a instância de participação dos pais e educadores e é uma das primeiras formas de participação dos pais nas escolas. No seu início eles “visavam à união entre pais e mestres, ao bem-estar da criança e ao bom funcionamento escolar” (LUIZ, 2010, p.34).

Segundo Galina e Cassol (2008, p.14) o CPM foi instituído “em 1963 em substituição à Caixa Escolar, cuja existência data da segunda metade do século passado e cujo objetivo era arrecadar fundos para a escola.” Isto demonstra que a escola sempre teve a ajuda de pais ou pessoas da comunidade. No início o CPM tinha um caráter de assistencialista, era responsável pelas finanças da escola, por arrecadar fundos para auxiliar na manutenção do estabelecimento de ensino. Ao longo do tempo ele adquiriu um caráter mais de órgão colegiado, responsável pela parte financeira, mas também pelas questões pedagógicas e organizacionais da escola.

Atualmente a APM ou CPM constitui-se mais um mecanismo de participação da comunidade na escola e tornam-se uma “forma de aproximação entre os pais e a instituição, contribuindo para que a educação escolarizada ultrapasse os muros da escola e a democratização da gestão seja uma conquista possível” (OLIVEIRA, MORAES, DOURADO; 2006, p.12). A participação neste espaço se dá por cidadãos conscientes envolvidos com a escola, são “pessoas que têm consciência de seus direitos e deveres e, por isso, participam de todas as questões da sociedade e estão ligados a tudo o que acontece no mundo, no seu país, na sua cidade, no seu bairro, uma vez que tudo, de certa forma, interfere em suas vidas” (GALINA e CASSOL *apud* SOUZA, 1994). Na próxima subseção será discutida uma instância de participação dos estudantes: o Grêmios Estudantil.

1.3.3 Grêmios Estudantil

O Grêmio Estudantil é o órgão colegiado composto pelos estudantes. Ele auxilia no processo democrático da seguinte forma:

- a) fazem com que todos os estudantes tomem conhecimento das atividades escolares;
- b) conscientizando o estudante de que o grêmio deve ser uma entidade dirigida e organizada pôr ele e para ele;
- c) discutindo conceitos de responsabilidade autêntica, democracia e gestão;
- d) viabilizando a formação de um Conselho de Representantes de Turma que sejam os porta-vozes dos estudantes e participem junto à diretoria eleita e aos departamentos da gestão (FERNET; PELOZO, 2006, p. 4).

O Grêmio Estudantil é a voz dos estudantes dentro da escola e por muitos anos também teve e em alguns ainda lugares tem um papel de relevância sobre as questões sociais. Foram eles que reivindicaram mudanças e melhorias na educação, conjuntamente com outros setores organizados da sociedade.

Durante segunda metade do século XX os Grêmios Estudantis foram as entidades que “se responsabilizaram pela organização dos estudantes secundaristas nas escolas, servindo enquanto entidade de base, por isto, durante os duros anos da ditadura a sua existência foi proibida” (CHAGAS, 2009, p.9). No lugar dos Grêmios foram instituídos “os Centros Cívicos, que eram atrelados às direções das escolas que assumia o papel de controlar as atividades dos estudantes” (Ibid., p.9).

Atualmente o movimento estudantil passa por uma estagnação, sendo necessário que as equipes diretivas e de professores das escolas possam auxiliar a classe estudantil no processo de reestruturação d os Grêmios Estudantis. Observa-se que mesmo o poder público tem estimulado a reestruturação do movimento estudantil organizado, através de elaboração de leis que orientam a organização dos estudantes secundaristas.

CAPÍTULO 2

CONSELHO DE CLASSE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

Além dos já mencionados colegiados que são conhecidos e existem nas escolas públicas, situa-se, neste momento do trabalho o papel do Conselho de Classe como um órgão colegiado no qual se busca melhorias na aprendizagem dos estudantes. Através da participação de professores, da equipe diretiva, dos alunos e dos pais no Conselho de Classe Participativo se oportuniza que sejam avaliados não apenas os aspectos de aprendizagem de cada aluno, mas também que o próprio processo de ensino seja revisitado e que alternativas sejam propostas para melhorias no fazer educacional.

Neste segundo capítulo da revisão teórica procuro compreender melhor o Conselho de Classe nos tempos atuais. Para isto primeiramente buscarei algumas definições deste órgão, depois trabalharei com a história e posteriormente trabalharei suas implicações para o processo de democratização da escola.

2.1 Conselho de Classe: Definições e Caracterizações

O Conselho de Classe é um órgão colegiado responsável pela avaliação da aprendizagem dos alunos. É um espaço em que se reúnem “vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, supervisores e orientadores educacionais, para refletirem conjuntamente e avaliem o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos” (DALBEN, 2006 s/p). A autora ainda aponta características que o diferem dos demais órgãos colegiados: “a forma de participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico, a organização interdisciplinar, a centralidade da avaliação escolar como foco de trabalho da instância” (DALBEN, 2006, s/p).

Sobre a primeira característica a autora aponta que garantir a participação “todos os professores que desenvolvem trabalho pedagógico com as turmas selecionadas para avaliação, de forma a possibilitar-lhes a oportunidade de

analisarem e discutirem em sala de aula” (DALBEN, 2006, s/p). Para que o professor tenha a possibilidade de refletir sobre sua própria prática pedagógica, deve-se garantir sua participação no Conselho de Classe.

A segunda característica fundamental “é a perspectiva de espaço interdisciplinar de estudo e tomadas de decisão sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola” (DALBEN, 2006, s/p). Nesta característica vemos que a participação de todos é muito importante pois:

o Conselho de Classe é um órgão deliberativo sobre: objetivos a serem alcançados; uso de metodologias e estratégias de ensino; critérios de seleção de conteúdos curriculares; projetos coletivos de ensino e atividades; formas, critérios e instrumentos de avaliação utilizados para o conhecimento do aluno; formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso nos ciclos; critérios para a apreciação do desempenho dos alunos ao final dos ciclos; elaboração de fichas de registro do desempenho do aluno, objetivando seu acompanhamento no decorrer dos ciclos e informação aos pais; formas de relacionamento com a família; propostas curriculares alternativas para alunos com dificuldades específicas; adaptação curriculares para alunos portadores de necessidades educativas especiais; propostas de organização dos estudos complementares (DALBEN, 2006, s/p).

O Conselho de Classe não é um espaço que deve ser usado somente para avaliar o aluno, ele deve ser usado para promover melhorias na escola. Outra característica apresentada pela autora diz respeito a possibilidade que se tem no Conselho de Classe de avaliar o processo de ensino e aprendizagem.

Segundo DALBEN (2006, s/p):

As reuniões do Conselho de Classe estruturam-se a partir de objetivos organizados em função das necessidades emergentes e serão tais objetivos que definirão o tipo de organização mais adequada às reuniões, especialmente quanto à escolha dos participantes.

Existem alguns tipos de organização das reuniões do Conselho de Classe, eles se diferem quanto aos participantes. Dalben (2006) descreve três tipos de Conselhos de Classe que podem ser mais bem visualizados no Quadro 01:

Tipos de Organização dos Conselhos de Classe			
	Conselho de classe tipo 1	Conselho de classe tipo 2	Conselho de classe tipo 3
Participantes	Todos os professores de uma turma ou grupo de turmas. Equipe técnico - pedagógica	Todos os professores de uma turma ou grupo de turmas. Equipe técnico-pedagógica. Alunos das respectivas turmas ou grupo de representantes. Pode contar com a participação dos pais.	Um professor. Toda a turma de alunos ou grupo de turmas de alunos.
Objetivos	Avaliar a prática pedagógica como um todo e em cada disciplina ou área de conteúdo. Definir critérios para a apreciação do desempenho dos alunos nos ciclos. Caracterizar a turma enquanto um grupo sócio-cultural. Selecionar e problematizar as necessidades de aprendizagem das turmas. Identificar alunos com dificuldades específicas de aprendizagem. Selecionar objetivos de ensino. Estruturar e avaliar projetos de trabalho.	Caracterizar e problematizar dificuldades de aprendizagem e necessidades de ensino. Conhecer e situar questões emergentes da relação professor x aluno. Avaliar os projetos desenvolvidos e sugerir novos. Levantar sugestões de atividades de ensino e projetos de trabalho.	Caracterizar e problematizar necessidades específicas da relação pedagógica (quanto ao conteúdo da disciplina, às atividades de ensino, a relação com o professor e a avaliação da aprendizagem). Discutir objetivos, critérios e formas de avaliação. Organizar projetos de ensino. Organizar trabalhos de monitoria.

Quadro 01: Tipos de Conselhos de Classe
Fonte: Dalben (2006)

Cabe ressaltar que estes modelos de Conselho de Classe podem ser adaptados e em cada instituição de ensino poderão ser adaptados de modo a atender as especificidades de cada escola. Contudo, destaca-se que é importante que as escolas promovam as reuniões deste colegiado, prevendo as mesmas no calendário escolar e no Projeto Político-Pedagógico. Criar uma cultura de avaliação tanto dos alunos como da própria escola, a partir da aproximação dos distintos sujeitos educacionais é uma tarefa a ser construída coletivamente e o Conselho de Classe pode ser elemento que contribui para dinamizar o processo de avaliação.

Segundo Paro (2007) as medidas que visam à participação dos usuários da escola e demais envolvidos em sua prática se agrupam em três tipos: as

relacionadas aos mecanismos coletivos de participação, que são o Conselho Escolar, associações de pais e mestres, grêmio estudantil, conselho de classe; as relativas à escolha dos dirigentes; as que dizem respeito a iniciativas que estimulem e facilitem a participação da comunidade escolar.

O autor ainda aponta que Conselho de Classe tem

papel proeminente na avaliação escolar e pode ser de importância determinante na participação de estudantes (e mesmo de pais) nas tomadas de decisão a respeito do desempenho pedagógico de professores e demais educadores escolares (PARO, 2007, p. 2).

Um dos papéis dos Conselhos de Classe pode ser avaliar alunos e também avaliar professores de forma coletiva. Continuando com o autor ele aponta que a prática do Conselho de Classe é rara. Pensado que essa prática pode fazer com que alunos e pais se aproximem da avaliação pedagógica.

Dentro da escola existem medidas que possibilitam a participação da comunidade escolar, sendo que Lorenzoni *et al* (2006, p.4) aponta o Conselho de Classe como uma medida e também como um espaço onde os alunos, pais, equipe diretiva e professores buscam a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola.

Guerra (2006, p.7) considera a avaliação escolar e os Conselhos de Classe como elementos para a imprescindível mudança na luta pela democratização do espaço escolar. Continuando com o autor, para que a democratização aconteça os professores precisam compreender que o processo ensino-aprendizagem requer reflexão e troca de experiências, a fim de que os professores desenvolvam o pensamento crítico.

Engers e Gomes (2007) fazem uma reflexão sobre Conselhos de Classe como forma de formação continuada aos professores. As autoras apontam que:

Os Conselhos de Classe são momentos importantes para que os professores compreendam a si a partir de suas falas e também da fala de seus pares, encontrando pontos de encontros e de desencontros, identificando-se como únicos e também como pertencentes a uma categoria que compartilha alegrias e tristezas, facilidades e limitações... desejos, vontades, paixões, conquistas (ENGERS, GOMES, 2007, p.524).

Se os Conselhos de Classe forem bem constituídos e também se a escola souber aproveitar esses momentos de reflexão e de avaliação podem contribuir

muito para a melhora da educação. Um ponto que merece atenção dos professores e dos alunos é em relação à participação, uma vez que o envolvimento neste colegiado propicia a aprendizagem participativa.

Segundo material do Pró-Conselho (BRASIL, 2004, p.16), “para que a participação seja realidade, são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição do poder no seu interior”.

Os momentos dos Conselhos de Classe muitas vezes são vistos por alunos como um dia de folga de aula sendo que dificilmente há a participação desses nos conselhos. Deve-se iniciar um processo que conscientize os alunos de que eles são importantes nesse espaço e que eles precisam participar de sua avaliação.

Particularmente compreendemos que ser educador é ter a capacidade de acreditar na diferença, questionar, reconstruir e aprender na profissão, na vida. É interligar o nosso projeto de vida com o projeto de vida da escola, pois ambos se completam (LORENZONI, REMPEL, CARGNIN, TONIOLO, 2006, p 1.)

Felizmente, numa gestão democrática, os Conselhos de Classe vem, pouco a pouco, se reorganizando e se transformando em espaços de construção coletiva para o estabelecimento de caminhos novos e para tomadas de decisões que envolvam a melhoria da qualidade do ensino e não o puro e simples julgamento dos alunos, atores mais importantes da escola.

2.2 Histórico dos Conselhos de Classe

O Conselho de Classe teve sua origem em 1945 na França. Ele surgiu com o intuito de orientar os alunos no acesso ao ensino técnico, conforme aptidão. Ele acontecia de forma espontânea nas escolas que consideravam a sua importância pedagógica e pela necessidade de um trabalho disciplinar (ROCHA, 1982).

O conceito foi trazido para o Brasil depois que educadores fizeram estágio no Instituto Sévres da França. A primeira experiência de Conselho de Classe no Brasil aconteceu no Colégio Aplicação da Universidade do Rio de Janeiro. Iniciou em turmas experimentais, mas logo já aforam estendidas a todas as turmas. Segundo Dalben (1994) os Conselhos de Classe surgiram no Brasil no momento de abertura

a ideias novas no campo da educação, exatamente no período chamado de Escola Nova.

Nosso país vivenciava, nesta época, um período de desenvolvimento das ideias sobre as pedagogias onde os aspectos da educação tradicional foram sendo redefinidos. Neste período se tem uma maior preocupação com os aspectos pedagógicos da educação, devido a isto o Conselho de Classe foi bem aceito pelo sistema de ensino brasileiro. Porém neste período ele ainda não era considerado uma instância na organização escolar.

A legislação não apresentava, inicialmente, um aporte legal ao Conselho de Classe, sendo que somente na

Lei de Diretrizes e Bases – Lei 4024 de 1961, havia uma indicação sobre a organização da escola, rever métodos pedagógicos e avaliar com mais clareza o rendimento escolar de cada aluno, inclusive com uma indicação para que se estimulasse as experiências pedagógicas que pudessem aperfeiçoar os processos educativos (MULLER, 2009, p. 6).

Segundo Richter (2008), a implementação do Conselho de Classe no Brasil “ocorreu de forma indireta por intermédio do modelo de escola proposto pelo PREMEX (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino), que já apresenta o conselho como órgão constituinte da escola. Inclusive o MEC financiou a nova proposta e foi aceita com grande receptividade por parte do corpo docente” (Ibid., p. 9).

A implantação formal do Conselho de Classe se deu com a Lei 5692/71, período da ditadura militar, que somente estava preocupado em transformar o estudante em um indivíduo treinável, instrumentalizado nos valores capitalistas, na competitividade e na racionalidade (DALBEN, 1994).

A Lei não tinha nenhum “artigo específico que regulamentasse o Conselho de Classe, definiu os critérios de avaliação, destacando a necessidade de reestruturação do ensino, preponderavam os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, como se pode observar em seu artigo 14” (MULLER, 2009, p. 7). Esta lei serviu para embasar o Conselho de Classe e devido a ela os Conselhos Estaduais de Educação formularam pareceres e resoluções para direcionar a organização do trabalho pedagógico.

Segundo Vargas (2008), os Conselhos Estaduais de Educação traçaram diretrizes para a operacionalização dos conselhos com o objetivo de “orientar os

professores na avaliação permanente dos alunos, analisarem as causas dos baixos rendimentos, criarem condições de assistência aos alunos considerados fracos, aperfeiçoar o trabalho cotidiano do professor e desenvolver a avaliação contínua do próprio trabalho escolar” (VARGAS, 2008, p.68).

Assim, cada Estado instituiu orientações sobre os objetivos do Conselho de Classe. De maneira geral este colegiado é um espaço em que se discutem as aprendizagens dos alunos de forma coletiva, em que alunos, pais e comunidade avaliam juntos. Sua constituição como órgão colegiado traz implicações para Democratização da Educação, que serão trabalhadas na próxima seção.

2.3 Implicações para a Democratização da Educação

A educação escolar tem sido um grande desafio para a sociedade, pois ela não consegue atingir a todos de maneira igualitária. Para que se consiga atingir a todos com mais igualdade tem se realizado mudanças na organização da gestão. A educação está passando por um processo de democratização em suas instâncias, federal, estadual e municipal.

Segundo Perez (2007, p.69)

A democratização do acesso à frequência escolar e aos saberes, a interação entre escola e comunidade, o diálogo entre professores e alunos, a revisão de métodos e recursos pedagógicos e a adoção de uma nova mentalidade da educação para a formação dos educandos são condições indispensáveis para a superação dos graves problemas da educação brasileira.

O autor aponta que o diálogo entre os distintos sujeitos educativos é indispensável para que se efetive uma mudança na educação, se supere os problemas que se vem enfrentado. Segundo DALBEN (2006, s/p):

mudanças de toda ordem têm-se apresentado como um cardápio, em âmbito mundial, para aqueles que vivem a instituição em seu cotidiano. Dúvidas, incertezas, descrenças, resistências, entusiasmos, desejos e dificuldades tornaram-se sentimentos frequentes entre os gestores, docentes e toda a comunidade escolar, misturados à expectativa de novas possibilidades para o desenvolvimento do trabalho educativo.

As transformações que se tem vivenciado, tanto na sociedade brasileira de modo mais amplo quanto como na educação, são concebidas de maneira acelerada

e provocam um sentimento de incerteza do que se deve fazer no cotidiano da escola. Neste sentido se torna necessária a participação de todos de forma intensa e efetiva nas tomadas de decisão da escola. Para isto existem os órgãos colegiados nas escolas que possibilitam a participação da comunidade escolar e local.

O Conselho de Classe é um desses órgãos e com ele se consegue avaliar a gestão pedagógica, porém segundo Dalben (2006, s/p):

é fundamental que tanto o diretor quanto os professores da escola estejam atentos aos rumos dados às relações sociais presentes na organização do ensino e no trabalho escolar como um todo. Dependendo do tipo de relação pedagógica estabelecida entre os sujeitos e sua prática, assim como do tipo de conhecimento que se produz nessa relação, os rumos desta instância seguirão os caminhos da construção crítica e democrática da escola ou, ao contrário, permanecerão reproduzindo uma cultura escolar apegada ao autoritarismo, à seletividade e à exclusão social.

Considera-se, a partir do enfoque discutido por Dalben (1995, p. 16) que o Conselho de Classe é essencial, pois [...] “guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino que é o eixo central em torno do qual se desenvolve o processo de trabalho escolar”.

Neste sentido, no próximo capítulo busca-se apresentar a perspectiva dos diferentes sujeitos escolares acerca da prática de um Conselho de Classe participativo, quando suas considerações serão objeto de análise e de reflexão.

CAPÍTULO 3

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: UMA EXPERIÊNCIA REALIZADA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ESTEIO/RS

Neste capítulo são apresentadas, inicialmente, as definições metodológicas que guiam a presente pesquisa monográfica. Assim, são estabelecidos os delineamentos que caracterizam a pesquisa qualitativa, calcada em um estudo de caso, onde gestor, professores, pais e alunos de uma escola pública municipal de Esteio/RS são convidados a expor suas compreensões sobre a experiência de um Conselho de Classe Participativo vivida nesta unidade escolar. O espaço onde a pesquisa é realizada também é caracterizado de modo a possibilitar que se compreendam as principais questões que envolvem os sujeitos e a instituição pesquisada.

Posteriormente são apresentadas as compreensões dos sujeitos escolares em torno da temática central desta investigação: a contribuição de um Conselho de Classe Participativo para a democratização do espaço escolar.

3.1 As questões metodológicas e o tipo de pesquisa

Para caracterizar este estudo monográfico se faz necessário o uso e a definição de instrumentos de pesquisa e também de uma metodologia para embasar as ações de pesquisa. Neste sentido a presente investigação foi realizada tendo como objeto uma escola municipal de Esteio/RS e por ter sido realizada a coleta de dados em apenas uma unidade escolar, este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa pautada em um estudo de caso.

Meksenas (2002, p. 118) define como estudo de caso “um método de pesquisa empírica que conduz a uma análise compreensiva de uma unidade social significativa”. Dessa maneira a investigação pode ser caracterizada como um estudo de caso, pois incidiu sobre uma unidade social significativa um espaço de educação.

Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos envolvidos em uma experiência de Conselho de Classe

Participativo. Inicialmente escolhemos fazer uma entrevista com a gestora da escola, com intuito de saber mais sobre o papel do Conselho de Classe e também sobre a gestão e participação da comunidade na escola. A seguir, optamos por realizar entrevistas com três professores para saber suas posições frente ao papel do Conselho de Classe e suas implicações para a democratização da escola.

Como contraponto foram realizadas entrevistas com três pais da escola analisada, com intuito de saber suas opiniões a forma como são realizados os Conselhos de Classe, se eles participam e se sua participação se reflete neste espaço. Também realizamos entrevistas a três estudantes com intuito de saber suas opiniões a respeito do processo do Conselho de Classe e se o consideram importantes para o processo de ensino aprendizagem e democratização da escola.

A partir das informações obtidas foi possível reunir e consolidar alguns dados que nos permitiram configurar com maior precisão nosso objeto de análise e produzir algumas considerações, as quais são apresentadas na seção seguinte.

3.2 Caracterização da escola e dos sujeitos da pesquisa

A escola onde foram coletados os dados da pesquisa se localiza em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, em Esteio/RS. Esta cidade possui cerca de 82.000 mil habitantes³, uma área 32,5 quilômetros quadrados e conquistou em 2010 o 2º melhor Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE/2012).

O município de Esteio possui dezoitos Centros de Educação Básica localizados em vários bairros. E também tem escolas estaduais e particulares. Em 2011 as escolas municipais obtiveram a nota de 5 (4ª série) e 4.1 (8ª série) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A escola onde foi realizada a pesquisa localiza-se em um bairro de classe média baixa. Atende alunos de pré-escola até 8ª série/9º ano pela manhã e tarde, e à noite turmas de EJA, sendo que, no total a escola atende 550 alunos. O novo Ensino Fundamental de nove anos está sendo progressivamente inserido e, devido a isto a escola ainda possui turmas do Ensino Fundamental de oito anos. A escola

³ Fonte: Site da Prefeitura de Esteio:
http://www.esteio.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=76

tem em média 30 funcionários, entre equipe diretiva, professores, educadores do Programa Mais Educação, serventes, auxiliares de limpeza e merendeiras.

Ao todo foram realizadas 10 entrevistas com diferentes sujeitos que atuam ou se relacionam com esta unidade escolar. No Quadro 02 apresento uma breve caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa, eles foram agrupados em dois grupos, pois foram aplicadas duas entrevistas diferentes (Apêndice A e Apêndice B)

ENTREVISTADO	OCUPAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO OU DE RELACIONAMENTO NA ESCOLA
PRIMEIRO GRUPO		
D	Diretor	10 anos
P 1	Professor	15 anos
P 2	Professor	10 anos
P 3	Professor	7 anos
SEGUNDO GRUPO		
Pai 1	Pai de aluno	2 anos
Pai 2	Pai de aluno e membro do Conselho Escolar	3 anos
Pai 3	Pai de aluno participante	1 ano
E 1	Estudante da 8ª série	8 anos
E 2	Estudante da 7ª série	5 anos
E 3	Estudante da 8ª série	2 anos

Quadro 02: Caracterização dos sujeitos da pesquisa, ocupação e tempo de atuação e/ou relacionamento com a escola.

Fonte: Elaboração própria

A partir das reflexões dos dez sujeitos escolares, envolvidos nesta pesquisa de campo, podem ser apresentadas algumas considerações sobre a importância de um Conselho de Classe Participativo e seu papel no processo de democratização da escola pública.

3.3 A participação e os espaços para participação na Escola

Esta subseção apresenta reflexões sobre as falas dos entrevistados a cerca das instâncias de participação da comunidade escolar. E também há uma avaliação dos sujeitos sobre a importância de se ter esses espaços e de participar no âmbito dos mesmos.

Em relação à primeira questão: *Quais são os órgãos colegiados existentes na escola?* - os sujeitos assim se manifestaram:

Diretor	Existe na escola atualmente o CPM, Círculo de Pais e Mestres e o CE, Conselho Escolar
P1	Conselho Escolar e CPM (em extinção)
P2	Conselho Escolar, CPM, Mais Educação, Monitor Ecológico.
P3	CPM, Conselho Escolar.

Quadro 03: Respostas do primeiro grupo de sujeitos à primeira pergunta da entrevista.

Fonte: Elaboração própria

Em sua entrevista, o Diretor da escola aponta que “existe na escola atualmente o CPM, Círculo de Pais e Mestres e o Conselho Escolar.” Contudo, na fala do diretor faltou apontar o Conselho de Classe, pois este também é considerado um mecanismo de participação que é definido pelo material orientador do MEC, delimitado no Caderno 5 – *Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor* como um:

mecanismo de participação colegiada na instituição educativa as maneiras ou formas que os segmentos sociais envolvidos nas comunidades escolar e local têm de participar ativamente da escola e do seu funcionamento, por meio do envolvimento coletivo nas discussões, no planejamento e na definição de projetos para a instituição escolar. Entre os mecanismos e processos de participação que podem ser vivenciados em uma instituição educativa estão a escolha do dirigente escolar, o grêmio estudantil, o Conselho Escolar e o **conselho de classe** (BRASIL, 2004, p.34, com grifos meus).

Com este apontamento, a partir do documento do próprio MEC, podemos perceber que o Conselho de Classe também é uma instância de participação. Ainda assim, nas respostas dos demais entrevistados o Conselho de Classe não foi mencionado como um dos colegiados escolares, sendo somente mencionados o Círculo de Pais e Mestres e o Conselho Escolar. O P1 ainda situa que o CPM está em extinção, o que permite inferir que em uma visão equivocada, este sujeito menciona que órgão pode estar sendo substituído pelo Conselho Escolar. Cabe destacar que o Conselho escolar não vem substituir o Círculo de Pais e Mestres, sendo as duas instâncias necessárias à escola e se constituem com funções distintas quanto à organização e atuação no âmbito escolar. Já na resposta do P2 percebemos que o mesmo aponta o Programa Mais Educação e o Monitor Ecológico, que são dois Projetos que ocorrem na Escola e que permitem a participação da comunidade local, mesmo sem vínculo direto com a escola, em atividades e ações desenvolvidas. Em ambas as situações os professores incorrem em equívocos, em especial ao referenciarem a confusão entre as funções de CPM e

de Conselho escolar e ainda no tocante aos programas desenvolvidos na escola, considerando estes programas como órgãos colegiados.

Ainda, em relação à primeira pergunta: *Desde quando a escola tem instâncias (colegiados) de participação para a comunidade escolar? Quais são?* o segundo grupo de sujeitos assim se manifesta:

Pai 1	Desde que meu filho entrou aqui nesta escola já tinha isso.
Pai 2	Quando meu filho veio para esta escola já existiam esses espaços para participação. Aqui na escola temos Conselho Escolar.
Pai 3	Já existiam desde que meu filho entrou nesta escola. Tem o Conselho Escolar.
E 1	Existe desde que eu entrei na escola. Conselho Escolar, mas antes eles chamavam de CPM.
E 2	Tem CPM.
E 3	CPM e Conselho Escolar

Quadro 04: Respostas do segundo grupo de sujeitos à primeira pergunta da entrevista.
Fonte: Elaboração própria

Na entrevista do Pai 1, a pergunta sobre a existência de colegiados de participação não teve uma resposta definida. De modo geral, percebe-se que há uma desinformação sobre o papel dos pais quanto à participação na escola em especial quanto à tomada de decisões. Os sujeitos identificados como Pai 2 e Pai 3 referendam a informação de que tanto CPM quanto Conselho Escolar se configuram entre os órgãos colegiados existentes no contexto da instituição em estudo.

Já nas respostas dos estudantes apareceram tanto o Conselho Escolar como o CPM como importantes colegiados na estrutura da instituição. Percebe-se, no entanto, que o E 1 também manifesta a ideia equivocada de que o Conselho Escolar vem tomar o lugar do CPM. Ressalta-se que nenhum dos sujeitos deste grupo cita o Conselho de Classe como um órgão colegiado.

Diante destes equívocos manifestados pelos sujeitos escolares torna-se imprescindível um trabalho no sentido de informar quais são e para que servem as instâncias colegiadas escolares e, neste processo, poderia ser proposto uma discussão sobre a importância dos Conselhos de Classe enquanto colegiados que permite a discussão de aspectos pedagógicos e de outros aspectos de organização das ações escolares.

Em relação à segunda pergunta: *Como você avalia a participação da comunidade escolar nestes órgãos colegiados?* – o primeiro grupo de sujeitos se manifesta assim:

Diretor	A participação da comunidade no Conselho Escolar ainda é de pouca expressividade. Continua sendo um dos desafios como gestora, fortalecer esse órgão.
P1	A comunidade participa bem pouco, apenas o representante da comunidade, geralmente pais de aluno que participa, além de professores, funcionários e alunos.
P2	Em processo de resgate de participação. (A comunidade não tem ciência da participação e de seu papel dentro da escola)
P3	A comunidade participa muito pouco. Só vem na escola quando seus filhos estão precisando de nota ou quando estão com excesso de faltas.

Quadro 05: Respostas do primeiro grupo de sujeitos à segunda pergunta da entrevista.

Fonte: Elaboração própria

As respostas demonstraram que a participação da comunidade na escola é restrita. Neste sentido, um docente manifesta que “a comunidade participa bem pouco, apenas o representante da comunidade, geralmente pai de aluno que participa, além de professores, funcionários e alunos” (P1).

O Diretor aponta que a participação é pouca, porém ele tem consciência do desafio enquanto gestor, no sentido de modificar esta realidade. Na resposta de P2 também podemos perceber este sentimento de desafio no que se refere ao resgate e incentivo à cultura participativa, sendo que este sujeito reflete que a escola está tentando resgatar a participação dos diversos sujeitos escolares. Nestas duas respostas percebemos que a escola está efetivando um permanente movimento no sentido de ampliar a participação da comunidade. O P2, em sua resposta na questão anterior, apontou dois projetos desenvolvidos na escola como se estes fossem órgãos colegiados. Ainda que não se constituam em colegiados escolares, os projetos citados, a saber: o Projeto Mais Educação e o Projeto Educador Ecológico, estão buscando a participação de pessoas da comunidade local, sendo que estes não necessitam ter vínculo direto com a escola.

O Projeto mais Educação visa aumentar a oferta educativa nas escolas públicas e, para tanto, diversas atividades pedagógicas, culturais esportivas, recreativas e educacionais podem ser desenvolvidas de modo a proporcionar um desenvolvimento educativo de qualidade. Por sua vez, o Projeto Monitores Ecológico promove oficinas sobre o Meio Ambiente congregando a comunidade local, e utiliza a escola para fazer este trabalho. A comunidade participa dessas oficinas e também conhece a escola.

A comunidade, muitas vezes, não tem clareza quanto aos seus deveres no que se refere à organização e acompanhamento dos processos que se dão no espaço da escola. Para que se consiga resgatar essa participação é necessário que

sejam propostas alternativas que estimulem e que congregam os distintos sujeitos na busca de melhorias e de qualificação nas ações educacionais. Uma destas alternativas pode ser entendida como a tarefa de tornar os espaços de participação em espaços de aprendizagens.

O Conselho Escolar é o colegiado mais lembrado pelos sujeitos que percebem, na imbricação das ações realizadas no espaço deste órgão, um componente propício à participação. Neste sentido, concordamos com Werle e Andrade (2008, p. 87) quando apontam que “[...] o Conselho Escolar é um espaço de aprendizagens que pode levar seus componentes para além das relações entre pais e filhos, entre professores e alunos, entre diretores e professores.” No Conselho Escolar cada membro deve olhar os demais como quem pode colaborar com a gestão da escola.

Os sujeitos do segundo grupo se manifestam em relação à segunda pergunta: *Você participa de alguma instância colegiada? Como você avalia a participação?* Em suas reflexões informam que:

Pai 1	Não participo.
Pai 2	Eu participo do Conselho Escolar. Temos reuniões uma vez ao mês. A participação é pequena, vem poucos pais nas reuniões.
Pai 3	Não participo. Mas sempre ajudo a escola no que ela precisa, nas atividades que organiza.
E 1	Não participo.
E 2	Não participo.
E 3	Minha mãe participa.

Quadro 06: Respostas do segundo grupo de sujeitos a segunda pergunta da entrevista.

Fonte: Elaboração própria

As informações no Quadro 06 expõem que a participação nos órgãos colegiados é pequena. Somente Pai 1 apontou participar das reuniões do Conselho Escolar. Os estudantes entrevistados também não participam das reuniões do Conselho ou dos órgãos colegiado. Isso demonstra que por parte da gestão houve um esforço para que a escola se inserisse no processo de democratização, o que se deu, por exemplo, com a criação do Conselho Escolar, porém como é um processo em construção falta fazer com que a comunidade torne a sua participação efetiva.

Neste sentido, falta para esta escola compreender o verdadeiro papel do Conselho Escolar, para que ele possa ser fortalecido. Werle e Andrade (2008, p. 87) apontam que

os Conselhos Escolares não existem apenas por definições legais, mas na medida em que as pessoas se dispõem a contribuir para o grupo, a (re) construir a proposta da escola pública. Por sua participação no Conselho pais, alunos, professores, funcionários se comprometem com a gestão da escola, o que não é simplesmente, resolver questão específicas – o muro da escola, os problemas com a caixa-d'água, com as lajotas do pátio -, mas comprometer com o perfil de pessoas que estão sendo formadas ali dentro, com valores que estão sendo construídos em sala de aula.

Atualmente tem se percebido um afastamento da comunidade na escola. Houve abertura do processo de democratização da escola, espaços propícios à participação foram criados bem como a escolha dos gestores também já acontece por meio de votação. O que ainda carece é maior envolvimento da comunidade, em especial no sentido de se inteirar de sua forma de participação para que as funções da escola sejam revisitadas e o fazer pedagógico e organizativo da instituição possa ser o foco de todas as discussões e ações.

3.4 Conselho de Classe Participativo

Nesta subseção serão apresentadas as reflexões sobre as falas dos entrevistados acerca do Conselho de Classe Participativo. Também será apresentada uma avaliação sobre a importância do Conselho de Classe e se depois de sua implantação foram constatadas mudanças na escola.

Em relação à terceira pergunta: *Como funcionam os Conselhos de Classe na escola e qual a importância do mesmo para o processo de democratização da escola?* - os sujeitos do primeiro grupo se manifestaram assim:

Diretor	Os Conselhos de Classe ocorrem de forma participativa, professores, pais e alunos avaliam o processo de aprendizagem da turma e do aluno.
P1	Aqui na escola é em 3 etapas: Pré- Conselho (análise rápida da turma), Conselho Participativo (geralmente um por ano, com pais, alunos e professores) e o Conselho de Classe em si, após a entrega das notas ou pareceres para supervisão.
P2	Participativos com alunos, pais, sendo trimestral.
P3	Os conselhos de classe são participativos, participam pais, alunos, professores e equipe diretiva. Os conselhos são muito importantes, pois eles possibilitam a participação de todos no processo de aprendizagem.

Quadro 07: Respostas do primeiro grupo de sujeitos à terceira pergunta da entrevista.

Fonte: Elaboração própria

Quando questionado sobre a organização dos Conselhos de Classe, o diretor apontou serem participativos em que pais, alunos, professores avaliam o processo

de aprendizagem. Dessa forma todos conseguem participar da avaliação, fazendo com que todos os sujeitos escolares possam, de certa maneira, melhorar seu aproveitamento, pois é este o órgão que possibilita avaliar o processo de aprendizagem. O P1 apontou que o Conselho de Classe acontecia em três etapas: pré-conselho, conselho participativo e o conselho de classe em si. Percebemos que há uma dinâmica que acontece a cada trimestre, e que uma vez ao ano se tem um conselho chamado de participativo. Aqui percebemos que houve um desencontro nas informações. O P1 referiu que somente se tem um conselho de classe participativo por ano, os demais são no modelo tradicional.

Inicia-se o Conselho de Classe ao final do trimestre com a primeira etapa chamada de Pré-Conselho, onde são feitas algumas discussões rápidas. Depois se tem o Conselho de Classe em si. E uma vez ao ano se têm um Conselho Participativo onde pais, alunos e professores avaliam o processo de aprendizagem. Este conselho ocorre normalmente no meio do ano ou quando se percebe que há necessidade de se fazer esta reunião. Percebemos com isto que a comunidade escolar somente tem uma oportunidade de intervir no processo de aprendizagem. A escola precisa avançar para que em todos os trimestres se tenham Conselhos de Classe Participativos, pois a comunidade deve estar integrada ao processo de ensino aprendizagem e não somente ter uma única oportunidade para participar desse processo.

Já que é um processo realizado em três etapas por que não possibilitar que a comunidade escolar possa participar efetivamente? Se ela inicia a participação no meio do ano já foram perdidas informações do primeiro conselho de classe. Desta forma poderíamos pensar que a escola estaria apenas possibilitando a participação da comunidade para dizer está sendo democrática. Mas será que fazendo desta forma a comunidade escolar não está sendo mais afastada dos processos da escolares?

Lorenzoni *et al* (2010. p.4) nos ajuda a pensar quando defende que os Conselhos de Classe são:

importantes estratégias na busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola, com a participação de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, construindo juntos propostas que permitam, a todos, agir em conjunto, primando por uma mudança educacional.

Os Conselhos de Classe são vistos pelo autor como importantes para que se consiga superar os problemas pedagógicos da escola. Eles podem contribuir para que se atinjam as mudanças necessárias na educação. Porém tem que se possibilitar e conquistar a participação da comunidade.

Em relação à terceira pergunta, formulada aos sujeitos do segundo grupo: *Você participa dos Conselhos de Classe? Para você: o que é e para que serve o Conselho de Classe?* - ocorrem as seguintes reflexões:

Pai 1	Não participo, mas acho importante para minha filha que estuda aqui.
Pai 2	Eu costumo participar. Quando eu tenho disponibilidade eu participo dos Conselhos de Classe. É uma reunião onde os professores falam as notas dos alunos.
Pai 3	Eu participo dos conselhos de classe. Ainda estou aprendendo o que devo fazer para ajudar. Quando termina o ano eles nos convidam para falar sobre como meu filho esta indo na escola, as notas.
E 1	Participo. O Conselho serve para nos ajudar na nossa avaliação. Nós conversamos sobre as coisas boas das turmas e sobre as coisas que temos que melhorar.
E 2	Às vezes quando eu preciso de nota eu venho no Conselho. Mas só nos do final do ano. Ele serve para nos ajudar na avaliação.
E 3	Eu participo dos conselhos de classe que os alunos devem participar. Eles ajudam na nossa avaliação.

Quadro 07: Respostas do segundo grupo de sujeitos à terceira pergunta da entrevista.
Fonte: Elaboração própria

Na fala do Pai 1, por exemplo, seu desconhecimento ficou claro quando respondeu à pergunta relativa à participação nos Conselhos de Classe e também sobre o que representa este órgão. Porém mesmo não participando deste Conselho este sujeito o considera importante. Já o Pai 2 costuma participar dos Conselhos de Classe, sendo que o mesmo aponta que este é uma reunião onde os professores falam sobre as notas dos alunos, ele diz que está aprendendo o que deve fazer. O Pai 3 apontou que participa do Conselho de Classe e que para ele o conselho acontece no fim do ano e serve para conversar sobre as notas do filho.

A visão dos pais se assemelha, podemos notar que lhes falta mais informações sobre o Conselho de Classe e sobre sua função. O papel dos pais nos Conselhos de Classe é buscar conhecer as práticas pedagógicas dos professores e acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos (GALINA, 2008).

Na fala do E1 percebe-se que ele aponta que participa e que o conselho serve para ajudá-lo na avaliação. Já o E2 afirma que só participa dos conselhos quando está precisando de notas, geralmente no final do ano. A fala de E3 aponta que ele participa dos conselhos. Percebe que os estudantes sabem que o Conselho

de Classe pode trazer melhorias para eles, pois eles têm mais chances de melhorar seu desempenho escolar. Contudo, não se percebe explicitamente nas falas uma preocupação com a aprendizagem, mas sim em ter boas notas. O papel dos alunos no Conselho de Classe deveria ser focado no acompanhamento de seu desempenho, identificando os avanços e as dificuldades, e também buscando melhorias para a convivência em sala de aula (GALINA, 2008).

Em relação à quarta pergunta: *Depois da implantação dos Conselhos de Classe houve mudanças na instituição? Houve alguma melhoria?* - os sujeitos do primeiro grupo declaram que:

Diretor	Com a implantação dos conselhos houve uma melhoria na escola, pois as questões de aprendizagem passaram a ser discutidas e construídas de maneira mais democrática, não apenas pelos professores e equipe diretiva. Precisamos qualificar mais esse processo no sentido de agregar mais pais e alunos no que refere a aprendizagem.
P1	Estou no magistério de Esteio há 23 anos e sempre houve Conselho de Classe, não consigo imaginar uma entrega de avaliação sem antes um Conselho de Classe, principalmente no final do ano letivo.
P2	Sim, tendo o respaldo para as dificuldades e soluções do ensino aprendizagem dos alunos.
P3	Houve melhorias no sentido de se buscar alternativas para a aprendizagem e assiduidade dos alunos. Ano passado foi realizado um projeto para buscar envolver os alunos da 8ª série em atividades da escola. O trabalho foi tão interessante que todos se empenharam na construção de um vídeo sobre a comunidade.

Quadro 08: Respostas do primeiro grupo de sujeitos a quarta pergunta da entrevista.
Fonte: Elaboração própria

As respostas dos sujeitos escolares demonstram que todos consideram que o Conselho de Classe trouxe melhorias à escola. Cada um deles situa sua resposta a partir de sua própria experiência que essa prática e consideram que um Conselho De Classe Participativo pode resultar em mudanças na forma como se realiza as avaliações de modo a qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

O diretor ainda aponta que esta prática deve ser qualificada no sentido de ter mais participação dos pais e alunos. A P1 aponta que não consegue ver uma entrega de avaliações sem o Conselho de Classe, que em 23 anos de magistério sempre houve esta prática antes.

É interessante que seja ressaltada a percepção de Werneck (1987), quando discute a necessidade de se considerar a apreciação dos aspectos educativos de modo amplo, com vistas a: avaliar os elementos significativos do processo de aprendizagem; detectar qualidades vistas por um professor e não necessariamente

pelos outros; conceber o educando em sua totalidade, ou seja, como um sujeito engajado no processo pedagógico, sem considerar que todos devam ser especialistas em tudo; considerar o Conselho de Classe como a instância que avalia em função de realidades concretas, de objetivos propostos, de critérios de desempenho realmente verificados. Diante destas constatações expostas pelo autor e, no contexto da escola em estudo, já previamente percebidas pelos sujeitos educacionais, há que se concordar que a dinâmica de um Conselho de Classe, quando bem conduzido, pode ser relevante no sentido de oportunizar que as falhas do processo pedagógico possam ser corrigidas e que os objetivos educacionais sejam confirmados ou reconfigurados.

Em relação à quarta pergunta dirigida aos sujeitos do segundo grupo: *Depois da implantação dos Conselhos de Classe houve mudanças na instituição? Houve alguma melhoria?* - constam-se os seguintes posicionamentos:

Pai 1	Não percebo diferença.
Pai 2	Ainda não pude notar mudanças. Mas eu percebo que esses conselhos têm auxiliado os alunos em suas aprendizagens.
Pai 3	Não percebo mudanças. Mas acredito que os conselhos podem ajudar.
E 1	Sim. Temos mais oportunidades de melhorar o que não está bom na sala de aula.
E 2	Sim porque temos mais uma oportunidade para passar de ano.
E 3	Nós temos mais chance para passar. Isso é bom.

Quadro 09: Respostas do segundo grupo de sujeitos à quarta pergunta da entrevista.

Fonte: Elaboração própria

As respostas dos pais se assemelham, mesmo eles não tendo percebido mudanças eles acreditam que o Conselho de Classe pode auxiliar os alunos. Percebe-se que os pais por talvez não revele possuir informações sobre o papel do Conselho de Classe, uma vez que não lhes fica claro quais seriam as mudanças que ele deveria proporcionar. Mesmo assim, os pais citam que o Conselho de Classe pode ajudar aos alunos em suas aprendizagens. Ou seja, mesmo sem ter clareza quanto às melhorias os pais confiam no processo que é desenvolvido pela escola, contudo não puderam perceber de forma efetiva reações ou mudanças significativas a partir dos Conselhos de Classe.

Esta constatação nos permite assegurar que a escola em questão ainda precisa avançar no sentido de um trabalho junto aos pais e alunos, com vistas a orientá-los para uma dinâmica participativa e de acompanhamento dos resultados que se oportunizam a partir dos Conselhos de Classe. Com isto, se referenda a

necessidade de encontros, palestras, orientações à comunidade quando esta passa a ser informada sobre o que é um Conselho de Classe, como ele funciona e o que ele pode trazer de benefícios à prática pedagógica.

As respostas dos alunos apontam que os conselhos trazem mais oportunidades. Cada estudante apontou algo diferente nas respostas, manifestando preocupações diferentes. O E1 apontou melhorias na sala de aula, podemos pensar no convívio em sala. Tanto o E2 quanto o E3 trouxeram uma preocupação com o passar de ano, eles apontam ter mais oportunidades de conseguir ir para o próximo ano.

As respostas dos estudantes, mais uma vez, não apresentaram preocupação com as aprendizagens. Apresentam antes, um enunciado que se destaca pela dimensão das notas, o que, em seu ver, possibilitaria o prosseguimento dos estudos, com aprovação. Evidencia-se assim que falta a estes estudantes a preocupação com o aprender, e não só com notas, o que, de modo geral pode ser percebido em outros contextos e não só na escola onde se deu esta pesquisa.

Dalben (2006) em sua pesquisa sobre Conselho de Classe constatou que em algumas escolas os professores apenas falavam as notas, resultados, seus ponto de vista sobre o aluno. E isso era discutido com os orientadores e supervisores. Não havia diálogos entre professores, nem entre professores e alunos. Enquanto a preocupação das escolas estiver pautada apenas nas notas e não na aprendizagem o Conselho de Classe não poderá se constituir em um colegiado capaz de provocar transformações reais no fazer educativo e escolar.

Em relação à quinta pergunta: *Você percebe a relação entre a abertura dos espaços participativos e a ampliação da democracia escolar?* - os sujeitos do primeiro grupo se manifestaram assim:

Diretor	Sim existe uma relação direta entre a abertura dos espaços participativos e a ampliação da democracia escolar, pois hoje percebe-se que quanto mais conseguimos fazer com que todos os segmentos da comunidade escolar participem das decisões da escola, mais atingimos a nossa meta principal que é ter uma escola pública de qualidade.
P1	Acredito que mesmo com a abertura dos espaços participativos a democracia escolar ainda é muito utópica. Seja pela falta de tempo da comunidade, falta de comprometimento e comodidade até questões de gestão da escola.
P2	Sim, a democracia é bem efetiva. Isso faz parte de uma conquista da escola, agora se tem um dialogo mais franco.
P3	Sim percebo, porém falta participação da comunidade. Eles não sabem o poder e o papel que tem dentro da escola.

Quadro 10: Respostas do primeiro grupo de sujeitos à quinta pergunta da entrevista.

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se pelas respostas apresentadas pelos sujeitos do primeiro grupo de entrevistados que todos concordam que há relação entre a abertura dos espaços de participação e a democracia escolar. O diretor ainda aponta que essa relação faz com que se atinja a meta principal de se ter uma escola pública de qualidade. Ele aproxima a democracia escolar com a qualidade de educação.

Oliveira, Moraes e Dourado (2006, p. 4) apontam que

A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola – diretor, professores, estudantes, coordenadores, técnico-administrativos, vigias, auxiliares de serviços – no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar.

Com isso percebemos que o diretor faz um apontamento interessante ao acreditar que essas medidas podem ajudar a escola em sua meta de melhorar a qualidade de educação. Por outro lado o P1 expõe seu ponto de vista particular, no qual considera que a democracia escolar é ainda algo utópico. Ele não acredita que a escola esteja perto, nem a caminho de alcançar um efetivo processo de democratização, pois faltaria comprometimento dos sujeitos envolvidos na educação e há comodidade quanto aos aspectos da gestão mais democrática e participativa.

Talvez falte para esta escola uma maior abertura entre a equipe diretiva e os professores. Segundo o Caderno 5 do material do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

a democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizados de decisão e a gestão colegiada, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, e orientadas pelo sentido político e pedagógico presente nessas práticas (BRASIL, 2004, p. 34).

Percebemos com isso que para que se tenha uma maior democracia na escola há que se ter uma mudança realmente grande. Não adianta a simples instituição das instâncias de participação se nos momentos em que há discussão para que haja mudanças, somente se identifica as vozes de alguns poucos sujeitos, geralmente ligados à equipe diretiva da instituição escolar. Neste sentido, concordamos com Bordenave (1985, p.12) quando este autor cita que “a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu

poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade”, pois, a participação não pode ser considerada apenas uma forma que o homem encontra para buscar a solução de seus dilemas e dificuldades mais próximas. A participação é, pois, uma necessidade fundamental do ser humano e cabe à escola, diante deste desafio, proporcionar situações onde os sujeitos que nela se relacionam possam de fato experimentar o aprendizado da participação e da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a educação na sociedade atual requer pensar em uma nova organização da escola. A estrutura da escola está passando por mudanças que requerem maior participação da comunidade nas tomadas de decisão, podendo expor suas ideias e contribuições ao processo educativo. Esta abertura à participação, decorrente dos processos de democratização da própria sociedade, tem qualificado as decisões, pois elas são coletivas e atendem ao maior número de pessoas.

Porém isso é um desafio, pois a democratização da sociedade e da escola precisa ser ampliada e em muitos aspectos, concretizada. Os sujeitos ainda não incorporaram o real sentido da participação e, com isto, se observa no espaço escolar raras situações em esta se manifesta de modo espontâneo. O que se destaca, em larga escala, são resquícios de uma pseudoparticipação ou de uma participação consentida, quando a escola chama seus sujeitos escolares para decidir, em determinados momentos, algumas questões que, os gestores do processo entendem como necessárias. Devido a isto a participação na escola ainda é pouco expressiva fazendo com que não se tenham grandes mudanças no campo educacional.

O presente trabalho teve como objetivo geral compreender como se efetiva a participação da comunidade escolar num Conselho de Classe Participativo, sendo que a pesquisa se deu em uma escola municipal de Esteio/RS. Esta instituição tem buscado a participação de todos os sujeitos, em especial na discussão dos processos pedagógicos e organizativos e, para isto, foram criados alguns mecanismos, dentre eles a prática de Conselhos de Classe Participativos.

Ainda que a escola em estudo tenha buscado ampliar os espaços participativos, ficou evidenciado nas entrevistas que poucos dos entrevistados participam dos órgãos colegiados existentes na escola. Porém todos acreditam na importância de se ter espaços de participação dentro da escola. Também se pode perceber com as entrevistas que há pouca informação sobre o papel desses espaços.

Talvez a falta de informação da comunidade escolar tenha os afastado da escola. Neste aspecto se indica que a escola busque informar a comunidade escolar por meio de palestras e reuniões, procurando orientar os sujeitos escolares sobre o seu papel dentro da instituição e sobre as instâncias de participação.

Sobre o Conselho de Classe Participativo ficou evidenciado uma desinformação por parte dos pais sobre o seu papel. Também com este estudo percebe-se que, conforme visão de todos os sujeitos escolares, o Conselho de Classe Participativo é muito relevante sendo necessário que envolvidos neste processo saibam o que eles podem fazer para que esta prática não seja somente uma exposição de notas e resultados. O Conselho de Classe também é um aprendizado, mas para isso é necessário que os sujeitos tenham isso de antemão.

Outro aspecto importante sobre o Conselho de Classe diz respeito à forma como a escola está organizando este momento pedagógico e participativo. As entrevistas evidenciaram que há três momentos de reflexão, dois conselhos nos moldes tradicionais e um momento de Conselho de Classe Participativo, em que pais, alunos, professores e equipe diretiva avaliam o processo de ensino aprendizagem. Sobre este aspecto a escola em estudo, ainda que tenha avançado na democratização deste momento pedagógico, ainda precisa ampliar esta prática, favorecendo que a comunidade participe de todos os momentos avaliativos e não apenas em um momento pontual do processo. A isto a escola deveria propor que a comunidade escolar pudesse participar dos três momentos, pois isso possibilitaria uma maior integração entre a comunidade escolar e o processo de ensino aprendizagem. Transformar os três momentos de avaliação em Conselhos de Classe Participativos é, pois, uma meta a ser alcançada neste processo de ampliação da participação.

Outro aspecto relevante que ficou evidenciado diz respeito à preocupação dos estudantes com os resultados e em conseguir progredir de uma turma para outra. Não houve, em um sentido amplo, a preocupação com a aprendizagem, somente com as notas. Neste sentido faz-se necessário que a escola efetive um trabalho junto aos alunos, quando estes passariam a perceber o enfoque da progressão nos estudos a partir da visão de aprendizado significativo e não meramente em dados quantitativos. Este não deve ser o único papel do Conselho de Classe, de expor notas e resultados, antes, este colegiado deve propiciar uma troca de experiências

entre alunos e professores sobre as aprendizagens realizadas. Este espaço também deve estar aberto ao aprendizado, pois todos podem aprender como construir reflexões que possibilitem avanços no processo de ensino-aprendizagem, contando, inclusive com a participação dos pais.

Acreditamos na importância e na relevância da efetiva ampliação dos espaços de participação, principalmente no Conselho de Classe de Participativo, pois ele é um órgão colegiado que permite a aproximação da comunidade escolar e isto possibilita que sejam avaliadas tanto os alunos como as práticas dos professores. Dalben (2006, s/p) aponta para que este processo transforma a avaliação em uma prática reflexiva, em um “processo de investigação contínua e dinâmica da relação pedagógica como um todo”. Desta forma tanto as questões pedagógicas serão avaliadas e construídas continuamente como conseqüentemente os ditos “problemas escolares” poderão ser melhores discutidos por todos os professores, os alunos e a comunidade escolar de forma coletiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.896, de 17 de setembro de 2004. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 180. Seção 2, p. 7.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Caderno nº 5. Brasília – DF, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Caderno nº 1. Brasília – DF, 2004.

CHAGAS, MARCOS ROGÉRIO JESUS. **História da organização estudantil e os grêmios na atualidade**. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupoestudo/gaes/pages/arquivos/MARCOS%20artigo%20GT%2006.pdf>>. Acesso em: 06 de outubro de 2012.

DAHL, Robert Alan. **Sobre a democracia**. Tradução Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 230 p.

DALBEN, Angela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e Conselho de Classe**. 4ª ed. Campinas, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. **O papel dos Conselhos de Classe no processo avaliativo**.

Disponível em

<http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/index.aspx?ID_OBJETO=29764&tipo=ob&cp=003366&cb=&n1=&n2=Biblioteca+Virtual&n3=Temas+Educacionais&n4=&b=s>. Acesso em 06 de outubro de 2012.

DALBERIO, Maria Célia Borges. **Gestão democrática e participação na escola pública popular**. Disponível em:

<<http://www.rioei.org/deloslectores/2420Borges.pdf>> Acesso em 06 de outubro de 2012.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ENGERS, Maria Emília Amaral; GOMES, Vanise dos Santos. **Conselhos de Classe como espaço de educação continuada de professores**. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2747/2094>>. Acesso em 23 de junho de 2011.

FERNET, Selma Tonini Pinheiro; PELOZO, Rita de Cássia Borguetti. **O papel do grêmio estudantil na gestão democrática da escola.** Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/pedagogia08/pages/resenhas/ped%2008%20estudo%20de%20caso01.pdf>>. Acesso em: 29 de agosto de 2012.

GALINA, Irene de Fátima; CASSOL, Sandra. **Instâncias Colegiadas.** Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_irene_fatima_galina.pdf>. Acesso em: 06 de outubro de 2012.

GUERRA, Mônica Galante Gorini. **Conselho de Classe: que espaço é esse?** 2006. Disponível em: www.pucsp.br/pos/lael/lael-inf/teses/dissertacaoword.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2008.

LORENZONI, Roilâne de Lourenço, et.al. **Conselho de Classe Participativo: Uma Experiência de Participação Democrática na Escola.** 2006. Disponível em: <http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/semanas_pedagogicas/2010/con_s_classe_participativo.pdf>. Acesso em: 06 de outubro de 2012.

LÜCK, Heloísa. **A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática.** Centro de Desenvolvimento Humano Aplicado(CEDAHP). Disponível em: <http://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao-educacional-h-luck.pdf>. Acesso em 6 de outubro de 2012.

LUIZ, Maria Cecília (organizadora) **Conselho Escolar: algumas concepções e propostas de ação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619%3Apublicacoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859>. Acesso em 29 de agosto de 2012.

MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. **Democracia Representativa e Consulta Popular.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/direito/DemocraciaRepresentativa.pdf>>. Acesso em: 06 de outubro de 2012.

MEKSENAS, Paulo. Métodos em pesquisa empírica. In: MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas.** São Paulo, Loyola, 2002, p. 109-138.

MIRANDA, Natália Pergher; DRABACH, Neila Pedrotti; MOUSQUER, Maria Elizabete Londero. **A participação enquanto elemento legal e cultural no processo de gestão escolar.** Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/345.pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2012.

MULLER, Sandra Scarpini. **O Conselho de Classe como possibilidade de discussão e organização do trabalho pedagógico.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2200-8.pdf>>. Acesso em 29 de agosto de 2012.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. **Gestão escolar democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação.** Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Estrutura da escola e prática educacional democrática.** Texto apresentado na 29ª Reunião anual da ANPED, Caxambú, 2007 (meio magnético).

_____. **Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0528t.pdf>>. Acesso em: 06 de outubro de 2012.

PEREZ, Marcia Cristina Argenti. **Encontros e desencontros da educação escolar: implicações para a democratização do ensino.** Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/619/502>>. Acesso em: 29 de agosto de 2012.

RICHTER, Cirene da Silva. **Conselho de Classe: um momento de reflexão das práticas avaliativas.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1774-6.pdf>>. Acesso em: 06 de outubro de 2012.

ROCHA, Any Dutra Coelho da. **Conselho de classe: burocratização ou participação?** – Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. (Coleção Educação Prática).

SANTOS, P. M., BERNARDES, M. B., MEZZARROBA, O. E-democracia: possibilidades e a experiência brasileira frente aos novos sistemas In: **Democracia Eletrônica.** Ed. Zaragoza: Lefis Series, 2010, p. 53-71. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/publica%C3%A7%C3%A3o-e-democracia-possibilidades-e-experi%C3%Aancia-brasileira-frente-aos-novos-sistemas>>. Acesso em 20 de agosto de 2012

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio, Zahar, 1984.

VARGAS, Maria Ângela Serafini. **Conselho de Classe: a participação da comunidade escolar.** Disponível em: <http://tede.unoeste.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2009-06-19T112855Z-138/Publico/Dissertacao%20Maria%20Angela.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2012.

WERLE, Flávia Obino Corrêa e ANDRADE, Alenis Cleusa. Conselhos escolares: análise de sistema municipal de ensino no Brasil. In: **Revista Lusófona de Educação** [online]. 2008, n.11, pp. 85-104. ISSN 1645-7250.

WERNECK, Hamilton. **Ensinamos demais, aprendemos de menos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

APÊNDICES

Apêndice A



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
MARIA**
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
*Curso de Especialização em Gestão
Educativa*



Prezado (a) Diretor (a)

A presente pesquisa está vinculada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Universidade Aberta do Brasil - UAB, é produzida para fins de Trabalho de Conclusão de Curso e tem o objetivo compreender como se efetiva a participação da comunidade escolar num Conselho de Classe Participativo em uma escola pública municipal de Esteio/RS.

Para isso, conto com tua participação para responder o questionário a seguir. Quando necessário, justifique sua resposta.

Grata,

Juliana Holz Luz

Especializanda em Gestão Educacional – UFSM/UAB

ENTREVISTA PARA DIRETOR ESCOLAR E PROFESSORES

1 – Quais são os órgãos colegiados existentes na escola?

2 – Como você avalia participação da comunidade escolar nestes órgãos colegiados?

3 – Como funcionam os Conselhos de Classe na escola e qual a importância do mesmo para o processo de democratização da escola?

4 – Depois da implantação dos Conselhos de Classe houve mudanças na instituição? Houve alguma melhoria?

5 – Você percebe a relação entre a abertura dos espaços participativos e a ampliação da democracia escolar?

Apêndice B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
MARIA**
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
***Curso de Especialização em Gestão
Educativa***



Prezado (a) Diretor (a)

A presente pesquisa está vinculada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Universidade Aberta do Brasil - UAB, é produzida para fins de Trabalho de Conclusão de Curso e tem o objetivo compreender como se efetiva a participação da comunidade escolar num Conselho de Classe Participativo em uma escola pública municipal de Esteio/RS.

Para isso, conto com tua participação para responder o questionário a seguir. Quando necessário, justifique sua resposta.

Grata,

Juliana Holz Luz

Especializanda em Gestão Educacional – UFSM/UAB

ENTREVISTAS PARA PAIS E ESTUDANTES

1 – Desde quando a escola tem instâncias (colegiados) de participação para a comunidade escolar? Quais são?

2 – Você participa de alguma instância colegiada? Como você avalia a participação?

3 – Você participa dos Conselhos de Classe? Para você: o que é e para que serve o Conselho de Classe?

4 – Depois da implantação dos Conselhos de Classe houve mudanças na instituição? Houve alguma melhoria?